



MANIFESTO DO FÓRUM DE TRABALHO SOCIAL EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL/SP SOBRE O PROGRAMA CASA VERDE AMARELA

O Fórum de Trabalho Social em Habitação de Interesse Social, espaço aberto de trocas de experiências, debates e articulação política em defesa do trabalho social comprometido com o direito à cidade e com a organização e participação social da população e dos movimentos de moradia, manifesta suas preocupações com os rumos das políticas públicas e sociais, conquistadas nos últimos 15 anos.

A política urbana e habitacional, teve como principal avanço o acesso à moradia pelas camadas de menor renda, através do subsídio que foi bandeira histórica dos movimentos sociais e dos profissionais engajados na viabilização da moradia como direito social.

O Fórum compartilha os princípios e pautas da luta pela reforma urbana: gestão democrática das cidades; função social da propriedade e da cidade; direito à cidade para todos e todas, moradia digna, com distribuição das riquezas socialmente produzidas. Defende a cidadania, a participação social em todos os momentos e o fortalecimento da organização popular.

Os participantes do Fórum reafirmam a importância do trabalho social como componente fundamental da política habitacional, para todas as faixas de renda e acreditam que os programas operacionalizados com recursos públicos devem reforçar o papel e a autonomia dos municípios, como promotores das intervenções urbanas e habitacionais; na composição do escopo do trabalho social; na definição da demanda; e na escolha da metodologia de intervenção social, do instrumental e das técnicas a serem utilizadas, de acordo com a realidade local.

O trabalho social é composto de processos que se materializam em determinados territórios com grupos de população e movimentos sociais, com dinâmicas próprias e relações sociais e de poder particulares, que exige profissionais comprometidos com a defesa do direito à cidade e a moradia digna.

O Fórum avalia que o Programa Casa Verde Amarela, recém lançado, aprofunda a mercantilização da habitação, a subordinação da política habitacional ao mercado, a restrição ao financiamento, a diminuição do

subsídio para as faixas de menor renda, o que impacta profundamente o acesso da população a política pública de habitação. Neste contexto o trabalho social será profundamente afetado pelo desmonte e mudança de rota da política urbana e habitacional.

O Fórum avalia que recentes alterações na forma de indicação da demanda para os empreendimentos construídos pelo PMCMV através da Portaria 2081 de 30 de julho de 2020 , centralizando no Ministério do Desenvolvimento Regional a indicação de até 80% da demanda, inviabilize o atendimento necessário das famílias que aguardam em lista de espera ou no auxílio aluguel, ou em outros programas de aluguel social desenvolvidos pelos municípios, agente público, conhecedor da realidade habitacional local. É fundamental que os municípios tenham autonomia para indicação da demanda, inclusive porque é na esfera local que se concretizam os espaços de controle social.

O Programa não conta com instâncias de participação, não tendo sido discutido com a sociedade civil e seus representantes com assento no Conselho das Cidades, que foi desarticulado por esse Governo.

Frente a essas preocupações, os participantes do Fórum sobre Trabalho Social afirmam:

- Defesa da Política Nacional de Habitação e de um conjunto diversificado de programas habitacionais;
- Defesa da moradia como direito social e não como mercadoria;
- Defesa do subsídio habitacional para as faixas de menor renda;
- Defesa da autonomia dos municípios na indicação da demanda;
- Defesa da ampla participação popular na política pública de habitação;
- Defesa do trabalho social comprometido com o direito à cidade e a moradia digna.

FÓRUM DE TRABALHO SOCIAL EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL/SP

setembro de 2020

<https://forumtrabalhosocial.wordpress.com/>

email: forumtrabalhosocial@gmail.com